DNIT notifica infratores de trânsito por meio do Diário Oficial da União

**Extrato de Edital publicado no Diário Oficial da União em 16/08/2017**

A Autoridade de Trânsito do DNIT, com base nas competências elencadas no art. 21 e fulcro no 281 e 282 da Lei 9.503/97 - CTB, e ainda, conforme art. 13 da Resolução CONTRAN 619/16, RESOLVE:

**NOTIFICAR** das autuações e penalidades, as pessoas físicas ou jurídicas, proprietárias de veículos autuados pelo cometimento de infração de trânsito,concedendo o prazo legal para proceder ao pagamento da multa por 80% (oitenta por cento) do seu valor, na forma estabelecida pelo art. 284 do CTB, e/ou, conforme o caso, apresentar Condutor/Responsável pela infração ou Defesa da Autuação nos termos das Resoluções CONTRAN Nº 299/2008, 619/2016 e 547/2015.

Os Extratos de Editais publicados no DOU poderão ser acessados no seguinte link: ([publicação DOU](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=119&data=16/08/2017)) Para acessar a íntegra do Edital contendo as informações das autuações e penalidades clique no respectivo Edital abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **EDITAL PNCV** | | **EDITAL PNP** | |
| AUTUAÇÃO | PENALIDADE | AUTUAÇÃO | PENALIDADE |
| Edital 063 |  |  |  |

ATENÇÃO:

* Por meio do ambiente eletrônico do [DNIT Multas](http://infracoes.dnit.gov.br/dnitcidadao/login) é possível consultar registros de infração, apresentar Defesa, FICI ou Recurso das infrações do **PNCV** –autuações com as letras **E, D** e **G**. Com exceção dos Autos de Infração iniciados pelas letras **S** e **T**. Para estes, o interessado deverá se dirigir ao DNIT pessoalmente ou encaminhar a documentação pelos Correios-ECT. Em caso de dúvidas entrar em contato com a Central de Atendimento: 0800 611 535 ou enviar um e-mail para: [dnit.cidadao@dnit.gov.br](mailto:dnit.cidadao@dnit.gov.br)
* Maiores informações sobre as infrações do **PNP** poderão ser obtidas através do e-mail: multas@dnit.gov.br ou [pesagem@dnit.gov.br](mailto:pesagem@dnit.gov.br)

\* Ressalta-se a garantia do exercício à ampla defesa e contraditório para apresentação de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor/Real Infrator ou Recurso contra penalidade de multa, cujos procedimentos administrativos deverão ser realizados no prazo legal e nos termos e requisitos estabelecidos pelas Resoluções CONTRAN 299/2008 e 619/2016, conforme o caso.